

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ALICE TERESA MUNHOZ SEGA

**Os Programas de Transferência de Renda Condicionada no Brasil no período
de 1995-2010: um estudo do Impacto do Programa Bolsa Família**

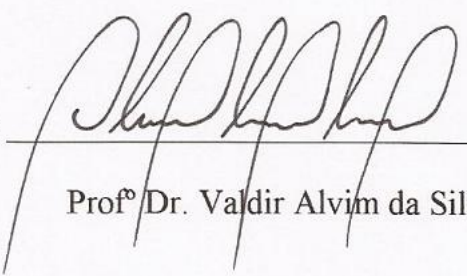
Florianópolis, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Os Programas de Transferência de Renda Condicionada no Brasil no
período de 1995-2010: um estudo do Impacto do Programa Bolsa Família**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador:



Prof^o Dr. Valdir Alvim da Silva

Florianópolis, Fevereiro de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 (oito) à aluna ALICE TERESA MUNHOZ SEGA na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva
Orientador – CNM-RI/CSE/UFSC

Prof. Dr. Wagner Leal Arienti
Membro 1 – CNM-RI/CSE/UFSC

Prof. Dr. Carmem Gelinski
Membro 2 – CNM-RI/CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS, 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família pelo apoio, paciência, amor e por não desistir em me incentivar. Aos meus pais por me darem a oportunidade de poder estudar e aos meus irmãos por ser um exemplo a seguir. Aos meus amigos por terem acreditado em mim. À Universidade Federal de Santa Catarina pela infraestrutura e pelo amparo durante o período de graduação. Agradeço aos professores do departamento de economia, em especial ao meu orientador professor Valdir Alvim, pela condução da monografia.

RESUMO

SEGA, Alice Teresa Munhoz. **Os Programas de Transferência de Renda Condicionada no Brasil no período de 1995-2010: um estudo do Impacto do Programa Bolsa Família.** Florianópolis, 2013. 52f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

O Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal com a finalidade de combater a pobreza e a desigualdade de renda no Brasil. Desde que começou a ser implantado o Programa cresceu e passou a atender mais de 13 milhões de famílias pobres em todo país. Através de um sistema de transferência de renda direta e condicionada, o Programa vem ampliando o acesso à educação e a saúde para as famílias beneficiárias. Entretanto, não somente as famílias vêm sendo contemplados com os benefícios do programa, mas sim os municípios e a economia, em geral, estão sendo afetados pelo impacto do Bolsa Família. Esse trabalho aborda as mudanças ocasionadas na vida das famílias beneficiárias, aonde foi verificado um impacto positivo na área da saúde e educação. Também verificamos que os gastos direcionados para o Programa têm gerado um o efeito econômico para os municípios, principalmente aqueles mais carentes.

Palavras-chave: 1. Distribuição de Renda; 2. Bolsa Família; 3. Condicionais; 4. Renda.

ABSTRACT

SEGA, Alice Teresa Munhoz. **Os Programas de Transferência de Renda Condicionada no Brasil no período de 1995-2010: um estudo do Impacto do Programa Bolsa Família.** Florianópolis, 2013. 52f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

The Program Bolsa Família was created by the Federal Government with the purpose of combatting the poverty and the inequality of income in Brazil. Since it began to be implanted the Program grew and it started to assist more than 13 million poor families throughout the country. Through a system of conditional and direct cash transfer, the Program is enlarging the access to education and health for the beneficiary families. However, not only the families have been contemplated with the benefits of the program, but the municipal districts and the economy in general are being affected by Bolsa Family's impact. That work approaches the changes in the life of the beneficiary families and a positive impact was verified in the area of the health and education. We also verified that the expenses addressed for the Program have been generating an economical effect for the municipal districts, mainly those more lacking ones.

Key words: 1. distribution of Income; 2. Bag Family; 3. Conditional; 4. income.

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de Trabalho Infantil no Brasil 1996-2008	22
Gráfico 2 - Crianças beneficiárias, acompanhadas e com vacinação em dia 2005-2010.....	41
Gráfico 3 - Acompanhamento das gestantes beneficiárias do PBF 2006-2010	42
Gráfico 4 - Distribuição percentual dos beneficiários do PBF - Regiões do Brasil	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Benefícios financeiros dos programas remanescentes.....	26
Quadro 2. Composição de benefícios financeiros básico e variável do PBF	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de beneficiários dos programas remanescentes 2004-2011.....	29
Tabela 2 - Evolução no número de famílias atendidas pelo PBF 2004-2011.....	30
Tabela 3 - Total de recursos destinados ao PBF/PIB 2004-2010	30
Tabela 4 - População total e participação das famílias beneficiárias do PBF 2004-2007 ..	31
Tabela 5 - Percentual de pessoas de 7 a 17 anos que não frequentavam a escola 2004	35
Tabela 6 - Acompanhamento dos beneficiários do PBF em Educação 2010.....	36
Tabela 7 - Taxa de aprovação e abandono escolar dos beneficiários do PBF 2008-2010 ..	37
Tabela 8 - Total de famílias beneficiárias do PBF: renda média mensal per capita	39
Tabela 9 - Acompanhamento da condicionalidade de Saúde do PBF	40
Tabela 10 - Variação do PIB médio e per capita de Grupos de municípios 2004-2006.....	46

LISTA DE SIGLAS

ACS – Agentes Comunitários de Saúde
AIBF – Avaliação do impacto do Programa Bolsa Família
BACEN – Banco Central do Brasil
BVJ – Benefício Variável Vinculado ao Adolescente
BIRD – Banco Mundial
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GLP – Gás Liquefeito de Petróleo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDB – Indicadores e Dados Básicos
INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC – Ministério da Educação
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONU – Organização das Nações Unidas
PBF – Programa Bolsa Família
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB – Produto Interno Bruto
PRGM – Programa de Garantia de Renda Mínima
PT – Partido dos Trabalhadores
PTRC – Programa de Transferência de Renda Condicionada
PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro
SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUMÁRIO

LISTAS DE GRÁFICOS.....	7
LISTA DE QUADROS.....	8
LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE SIGLAS.....	10
CAPITULO I. POBREZA E MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL – OS PROGRAMAS DE TRANFERÊNCIA DE RENDA.....	13
1.1. Tema e Problema	13
1.2. Objetivos.....	15
1.2.1. Objetivo Geral.....	15
1.2.2. Objetivos Específicos	16
1.3. Justificativa	16
1.4. Metodologia.....	17
CAPITULO II. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL	19
2.1. As primeiras propostas de Programas de transferência de renda.....	19
2.2. Programas Nacionais de Transferência de Renda: Governo FHC 1995-2002	20
2.2.1. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.....	21
2.2.2. O Programa Bolsa Escola Federal.....	22
2.2.3. O Programa Bolsa Alimentação.....	23
2.2.4 Programa Auxílio-Gás.....	23
2.3. Os Programas de Transferência de Renda no Governo Lula 2003-2010.....	24
2.3.1. O Programa Fome Zero e o Cartão Alimentação.....	24
2.3.2. O Programa Bolsa Família (PBF).....	25
2.4. Os programas remanescentes e os avanços do Programa Bolsa Família	28

CAPITULO III. AS MUDANÇAS NA VIDA DAS FAMILÍAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....33

- 3.1. Efeitos do Programa Bolsa Família e as condicionalidades33
- 3.2. Impactos na escolaridade: frequência escolar com o rendimento mensal per capita das famílias34
- 3.3. Impactos na Renda das famílias elegíveis na extrema pobreza38
- 3.4. Impactos na Saúde: reforçar o direito de acesso à política universal de saúde39

CAPITULO IV. OS EFEITOS ECONÔMICOS DO PBF: AUMENTO NO VOLUME DE RECURSOS DOS PROGRAMAS SOCIAIS.....43

- 4.2. O Efeito econômico do gasto com o PBF: aquecimento da economia local.....43

CONCLUSÃO.....47**REFERÊNCIAS.....49**

CAPITULO I. POBREZA E MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL – OS PROGRAMAS DE TRANFERÊNCIA DE RENDA

*“Cada vez sabemos menos”
Norberto Bobbio*

1.1. Tema e Problema

O Brasil tem pela frente uns dos maiores desafios que vem acompanhando sua estrutura social e econômica: combater a desigualdade social e a pobreza. Segundo estimativa do Censo Demográfico 2010 do IBGE cerca de 16,2 milhões de brasileiros ou 8,5% do total da população, são extremamente pobres e tem uma renda de até 70 reais *per capita* (ESTADÃO, 2011).

Em contrapartida com esse contingente de pobres, o Brasil, de acordo com dados do Banco Mundial, está entre as maiores economias do mundo ocupando o 7º lugar no ranking dos maiores Produto Interno Bruto (PIB) do mundo no ano de 2010 (WORLD BANK, 2010).

No meio dessas duas realidades tão distantes temos a desigualdade. Na sociedade brasileira a pobreza está intrinsecamente associada à má distribuição de renda. Aloísio Mercadante (2006) afirma que a pobreza é fruto da organização social da produção e de acumulação de capital que exclui parte da população. A desigualdade na distribuição do produto concentra a riqueza nas mãos de uma minoria enquanto grande parte da população vive em condição de pobreza.

Essa dualidade entre ser um dos países mais ricos do mundo, mas também aquele que mantém um dos maiores indicadores de desigualdade pode ser medida com o Coeficiente de Gini¹ que é um parâmetro que calcula o grau da desigualdade de renda. Segundo dados da ONU apenas sete países apresentam distribuição pior do que a do Brasil: Colômbia, Bolívia, Honduras, África do Sul, Angola, Haiti e Comoros (FSP, 2011).

¹ Coeficiente de Gini: é um parâmetro internacional que mede o grau da distribuição de renda entre os indivíduos ou famílias em um país a partir de uma distribuição perfeita. Os valores variam de 0 (igualdade de renda) a 1 (desigualdade de renda). Conf. Income Gini coefficient. Disponível em <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/67106.html>

Apesar desses dados desanimadores, os níveis de desigualdade de renda e da taxa de pobreza estão em uma trajetória de queda. Segundo o IPEA (2012), os níveis de desigualdade de renda permaneceram praticamente estabilizados desde a década de 1970 e começaram a cair somente em 2001. A pobreza também mantém uma trajetória decrescente desde 2003.

As ações para promover a queda da desigualdade de renda e da pobreza só conseguiram entrar no cenário das políticas do Governo, quando se passou a relevar a importância desses dois obstáculos para o desenvolvimento e crescimento do país. A promulgação da Constituição de 1988, que tem entre seus objetivos centrais a erradicação da pobreza e redução das desigualdades regionais e sociais (BRASIL, 1988), foi um marco institucional na proteção e nos direitos sociais no Brasil.

As experiências de proteção e inclusão social anteriores² a Constituição tinha um caráter contributivo e excludente, que beneficiava somente uma parte da população. Assim, ao longo dos anos os indicadores de pobreza e desigualdade permaneceram praticamente estáveis (SOARES E SÁTYRO, 2010).

Os programas sociais passam a tomar maior destaque principalmente na segunda metade da década de 1990, quando os programas de transferência de renda surgiram como uma das alternativas para tentar combater a desigualdade e a pobreza. No Brasil, o primeiro projeto que garantia uma complementação de renda foi o Programa de Garantia de Renda Mínima, proposto em 1991, pelo Senador Eduardo Suplicy do Partido dos Trabalhadores (PT).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) surgem programas de transferência de renda inspirados no projeto de Suplicy. A primeira grande resposta do Governo na esfera federal ao combate desses problemas sociais foram os Programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação.

Seguindo as políticas adotadas do governo anterior, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) não vai somente continuar apoiando esses programas, mas vai unificá-los e

² Apesar da necessidade de ações do Governo no âmbito social já existirem, foi somente na década de 1930 que um sistema de proteção social começou a se formar. O sistema, então adotado, foi inspirado nos demais programas já existentes em outros países. Era um sistema voltado para população urbana e inserida no mercado de trabalho, ou seja, tinha um caráter excludente e beneficiava apenas para uma parte da população.

ampliá-los, criando o Programa Bolsa Família. A partir de outubro de 2003, quando ocorreu sua implantação, a primeira meta do programa era atingir 11,1 milhões de famílias. Esta meta foi atingida em junho 2006. Em 2009 o Governo Federal decidiu aumentar para 12,9 milhões o número de famílias beneficiadas. A nova meta de atendimento foi alcançada em 2011. A ampliação da meta para 2013 significará o atendimento de 13,8 milhões de famílias (PORTAL BRASIL, 2011; MDS, 2012).

Assim, desde sua criação o Programa Bolsa Família tomou grandes proporções e passou a impactar não somente os beneficiários do programa, mas a economia brasileira como um todo. Paulo Kupfer (2009), em matéria para O Estado de São Paulo, ressalta o impacto econômico do Bolsa Família e afirma que os programas de transferência de renda vem produzido relevantes efeitos multiplicadores no conjunto da economia.

Em 2010, mais de 14 bilhões de reais foram transferidos para as famílias beneficiárias do Bolsa Família. Todo esse recurso, em conjunto com as condicionalidades impostas para o recebimento do benefício, tem surtido impactos importantes e muito discutido pelos políticos e estudiosos.

A questão problemática da presente pesquisa está em descrever e analisar o impacto desse programa de transferência de renda na perspectiva de sua contribuição para mudar a vida das famílias beneficiárias e para o crescimento da economia.

1.2. Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar o Programa Bolsa Família e seus efeitos na vida dos beneficiários e na economia dos municípios, no contexto das Políticas de Transferência de renda condicionada nos governos de FHC e Lula entre 1995 e 2010.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Investigar o Programa Bolsa Família e comparar os resultados e progressos alcançados em relação aos programas anteriores de transferência de renda: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio - Gás e Cartão Alimentação, entre 1995 e 2010.
2. Descrever as mudanças nos níveis de renda, no acesso à educação e à saúde nas vidas das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família no período de 2004 a 2010.
3. Analisar o efeito econômico do Programa Bolsa Família nas cidades brasileiras.

1.3. Justificativa

A problemática da distribuição da renda é considerada por David Ricardo no seu Princípios de Economia Política e Tributação, como o principal objetivo da Economia Política. Para ele o produto da terra era dividido entre: o proprietário da terra, o dono do capital e pelos trabalhadores. As proporções do produto total da terra eram destinadas para cada uma dessas três classes, com o nome de renda, lucro e salário. Ricardo deixa claro que a distribuição do produto entre as três classes era diferente e que o problema central era determinar as leis que regulam essa distribuição (RICARDO, 1996).

Quando nos referimos a desigualdade da renda não há como não pensar na distribuição do produto de acordo com as divisões de classes sociais. As desigualdades existentes são fruto da má distribuição de renda e do regime excludente. O acesso desproporcional aos alimentos, educação, saúde etc. é produto da própria divisão social do trabalho, que é causada pelo acesso ou não à riqueza e a propriedade de bens.

No Brasil a importância do debate sobre a distribuição de renda é destaca por Celso Furtado (1963) ao descrever o período da indústria canavieira relatada como o de grande concentração de renda nas mãos dos proprietários do engenho, que possuíam pelo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira.

A análise do programa bolsa família que acaba por garantir uma renda complementar que permite acesso aos bens básicos para milhares de pessoas faz com que a distribuição de renda entre as classes de renda se alterne.

O Programa Bolsa Família foi uma iniciativa muito polêmica e questionada, tanto pela mídia quanto pelos políticos e estudiosos. A investigação realizada sobre esse Programa fez perceber seus efeitos positivos. O que me deixou a certeza da importância do Bolsa Família, não somente como um programa para minimizar a pobreza imediata, mas também por ser um programa que mede as barreiras nos serviços básicos, como saúde e educação, que são de extrema importância para o crescimento do Brasil.

O trabalho revela-se importante por tentar desvendar os possíveis resultados do Programa Bolsa Família. O estudo da contribuição desse programa que, já tirou milhares de famílias brasileira da miséria e proporcionou mudanças não apenas em aumentar a renda dessas famílias, mas também com a exigência das condicionalidades, melhorou o acesso dessas famílias nas áreas da saúde e da educação. Ou seja, esse trabalho pode contribuir para entender o efeito econômico no desenvolvimento e crescimento da economia e também demonstrar como o programa tem incluído as famílias pobres ao acesso a serviços básicos.

1.4. Metodologia

Diante dos objetivos específicos propostos na seção anterior e do objetivo geral deste trabalho, o plano descritivo foi apoiado em pesquisa bibliográfica e institucional. A pesquisa foi realizada com as bases de dados, estudos e pesquisas de fontes oficiais, como as do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e também em artigos publicados em sites e notas de jornais.

A temática escolhida é hoje um dos principais objetos de estudo e debate entre estudiosos, políticos e pesquisadores, fazendo com que esse assunto tenha diversos pontos de vista. As referências, apesar de recentes, podem ser consideradas relativamente extensas,

compreendendo idéias de autores como Maria Ozanira da Silva e Silva e Eduardo Matarazzo Suplicy que possuem diversas publicações sobre programas de transferência de renda e são considerados precursores desse tema no Brasil.

Além deste capítulo introdutório, a investigação vai se desenvolver em quatro capítulos dedicados à tarefa de descrever o Programa Bolsa Família e seus efeitos para o desenvolvimento das famílias e da economia como um todo, e mais um capítulo final que relatará as considerações finais. Cada um dos capítulos descreve um objetivo específico.

O objetivo específico 1 será abordado no capítulo 2, iniciando-se com um breve resumo de como começou a ser idealizado os programas de transferência de renda no Brasil. Descreverei ainda os programas de transferência de renda no governo FHC e do governo Lula até o surgimento do Programa Bolsa Família e seus avanços em relação aos programas anteriores.

O capítulo 3 trata do objetivo 2, que vai analisar o impacto do Programa Bolsa Família para as famílias que recebem o benefício. Para isso, são utilizados as publicações e os dados do IPEA e IBGE.

O quarto capítulo trata do terceiro objetivo específico. Nessa parte, apesar da dificuldade de encontrar dados, evidencia-se o efeito do PBF para o crescimento da economia.

O último capítulo sintetiza as impressões da pesquisa e procura reunir as principais conclusões da autora.

CAPITULO II. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

2.1. As primeiras propostas de Programas de transferência de renda

Para Mercadante (2006) os Programas de Transferência de Renda são meios para abrandar a pobreza e a desigualdade social. Podemos dizer que através de transferências monetárias esses programas são mecanismos para diminuir as diferenças geradas pela má distribuição da riqueza. Dessa forma é de extrema importância que esses programas façam parte das políticas sociais no Brasil.

Silva, Yazbek e Giovanni (2004) relatam que a primeira proposta de programa de transferência de renda colocada em debate foi o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), projeto de Lei nº 2.561 de dezembro de 1991, do senador Eduardo Suplicy do Partido dos Trabalhadores (PT-SP). Esse projeto de lei instituiria o programa sob a forma de um imposto negativo que beneficiaria todos residentes no Brasil, maiores de 25 anos, que tivessem renda inferior de 2,25 salários mínimos, do que seria considerado na época. No Art. 2º desse projeto, o benefício corresponderia à complementação de 30% da diferença desses rendimentos e o mínimo estabelecido.

Para Suplicy (2002) esses programas são garantia do direito que o ser humano tem à vida, mediante a uma justa participação da riqueza produzida. Apesar do projeto do PGMR até hoje não ter sido votado pela Câmara dos Deputados, foi esse o *start* no cenário político que elevou a importância desses programas para que ocorresse um processo de redistribuição da renda no Brasil.

Em 1995 os debates acerca desses programas deixam o plano teórico para se concretizarem em experiências locais pelo Brasil. Porém, os programas que começaram a ser implementados tinham um caráter diferente daquele proposto por Suplicy. O que estava sendo implantado em algumas cidades brasileiras eram programas de transferência de renda condicionada (PTRC) que exigiam contrapartidas dos beneficiários, diferente do PGRM em que o único critério era a renda (SÁTYRO e SOARES, 2010). O primeiro PTRC surgiu em março

deste mesmo ano na cidade de Campinas, o chamado Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM), instituído pelo então prefeito José Magalhães Teixeira (PSDB).

O objetivo do programa era o de que através de uma transferência monetária as famílias carentes (com renda mensal per capita inferior a R\$ 35,00) e com filhos menores de 14 anos pudessem ter acesso às necessidades básicas. Para receber o benefício as famílias tinham que cumprir exigências educacionais impostas pelo programa.

No mesmo ano, e no ano seguinte, surgiram outros PTRCs locais pelo Brasil como o Bolsa Familiar para Educação no Distrito Federal e o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima de Ribeirão Preto (SP). A partir destas experiências é criado, em 1996, o primeiro Programa de Transferência de Renda de iniciativa do Governo Federal, o Programa Vale Cidadania.

2.2. Programas Nacionais de Transferência de Renda: Governo FHC 1995-2002

Diante dos efeitos positivos dos programas de transferência de renda em alguns municípios brasileiros foi implementado, em 1996, pelo Governo Federal o Programa Vale Cidadania, sendo o primeiro programa de transferência de renda que abrangia todo o território nacional, posteriormente seria chamado de Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Nas próximas seções serão abordados alguns dos programas de transferência de renda federais que foram criados durante o período do Governo FHC: o PETI, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Auxílio-Gás.

2.2.1 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

O programa de erradicação do trabalho infantil foi instituído diante da dura realidade do trabalho infantil no Brasil. Apesar da diminuição do trabalho infantil ter se iniciado na década de 1990, observa-se pelos Indicadores e Dados básicos (IDB) do IBGE para o ano de 1996, uma taxa de trabalho infantil de 17,57%. Esta taxa corresponde ao percentual da população residente de 10 a 15 anos de idade que se encontra trabalhando ou procurando trabalho na semana de referência, em determinado espaço geográfico, no ano considerado (IBGE, 2008).

O PETI foi sendo implantado nos estados brasileiros gradativamente até abranger todo o território nacional. O Programa tinha como objetivo erradicar as piores formas de trabalho infantil e garantir que crianças e jovens frequentassem a escola. Segundo Yazbec, Giovanni e Silva (2004) a proposta central desse programa era que as crianças deixassem o trabalho penoso pela escola.

O benefício do programa era disponibilizar bolsas de R\$ 25,00 para famílias, com filhos entre sete e quinze anos e com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo que viviam na zona rural e de R\$ 40,00 para aqueles que viviam na zona urbana. A contrapartida exigida das famílias que recebem esse benefício pelo programa era a de que os filhos menores de 16 anos não trabalhassem e tenham uma frequência escolar mínima de 75% (BRASIL, 2003).

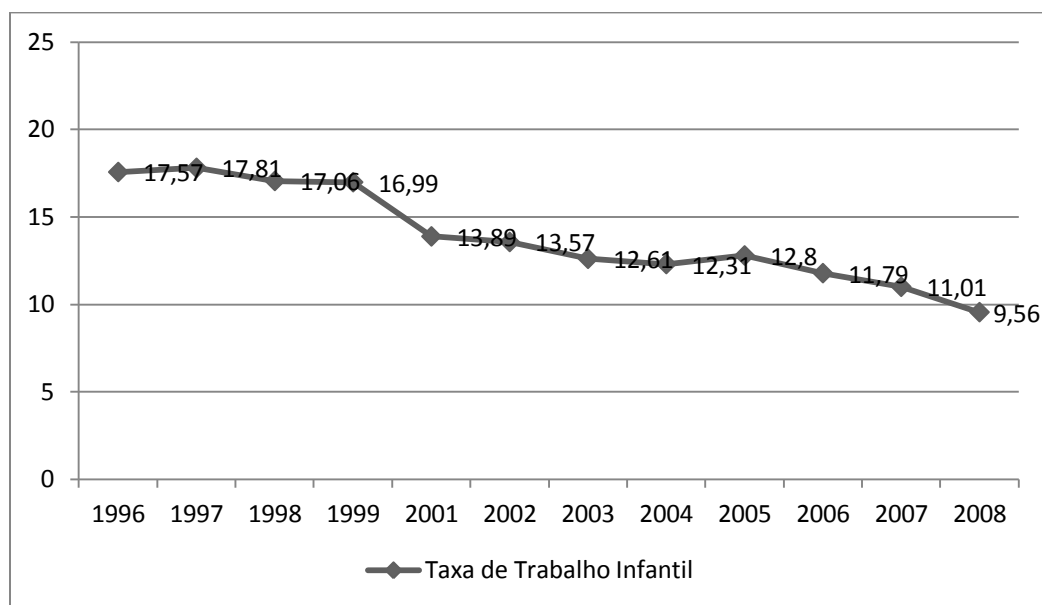


Gráfico 1 - Taxa de Trabalho Infantil no Brasil 1996-2008

Fonte: IBGE - Séries Estatísticas & Séries Históricas.

Elaboração autor

Esse programa foi incorporado pelo PBF em 2005, através do Art. 1º da portaria nº 666 que estabelece a integração entre o PBF, criado em 2004, e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, regido pela Portaria SEAS/MPAS nº 458, de 4 de outubro de 2001 (MDS, 2005).

2.2.2 O Programa Bolsa Escola Federal

Com o objetivo de diminuir o número de crianças e adolescente fora da escola, em 2001 foi instituído na esfera federal pela Lei nº 10.2019, o Programa Bolsa Escola. Os objetivos do programa eram: possibilitar o acesso e permanência de crianças pobres historicamente excluídas da escola; integrar a família ao processo educacional do seu filho, contribuir para o combate do trabalho infantil, etc.

O Programa tinha como meta atingir 10,7 milhões de crianças e adolescentes de famílias que tivessem uma renda per capita de até 90 reais. O benefício para as famílias cadastradas no programa era de R\$ 15,00 por filho, com limite máximo de três crianças e/ou adolescentes por família. A contrapartida exigida para receber a bolsa, era a de que a criança tivesse frequência escolar acima de 85%.

2.2.3 O Programa Bolsa Alimentação

Ainda em 2001 foi iniciada a implementação do Programa Bolsa Alimentação com a finalidade de reduzir deficiências nutricionais e a mortalidade infantil dentre as famílias mais carentes. Esse programa era direcionado para gestantes, mães que estivessem amamentando e mães com crianças de até 6 anos. Com intuito de melhorar a alimentação, a saúde e a nutrição dessas famílias o valor de R\$ 15,00 era concedido para cada beneficiário e a família era assistida por agentes comunitários da saúde. Em contrapartida as famílias tinham que cumprir uma agenda de compromissos que contemplava obrigações de fazer consultas pré-natais, manter a amamentação, pesar as crianças periodicamente e vaciná-las.

2.2.4 Programa Auxílio-Gás

Criado em 2001, pela Lei nº 10.453/2001, o Programa Auxílio-Gás prezava garantir o acesso ao gás doméstico para as famílias mais pobres. Pelo Art. 5 ficava autorizada a concessão de subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) para as famílias de baixa renda. Esse programa não exigia nenhuma contrapartida por parte dos beneficiaries. Assim, qualquer família que já fosse cadastrada em outro programa federal ou ganhasse até ½ salário mínimo poderia receber esse auxílio que era pago bimestralmente no valor de R\$ 15,00 por família (BRASIL, 2001).

2.3. Os Programas de Transferência de Renda no Governo Lula 2003-2010

O primeiro governo de Lula (2003-2006) foi marcado por mudanças quantitativas e qualitativas no que diz respeito às Políticas de Transferência de Renda. Já no seu discurso de posse em 01 de Janeiro de 2003, Lula indica o Programa Fome Zero como a política que vai conduzir o combate à pobreza no seu governo. Diz ele:

“Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida" (FSP, 2003).

Do lado das mudanças qualitativas podemos destacar que a unificação dos programas resmanescentes reduziu a burocracia e os custos excessivos, bem como outras ineficiências típicas da administração de programas tão amplos e variados em um país de dimensão continental. Já nas mudanças quantitativas podemos relatar a expansão do número de famílias e pessoas atendidas principalmente pela utilização de uma base de dados, o Cadastro Único, que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda no Brasil. Nas próximas sessões abordarei com mais detalhes essas mudanças e a criação do Programa Bolsa Família.

2.3.1 O Programa Fome Zero e o Cartão Alimentação

O objetivo principal da proposta que deu origem ao Programa Fome Zero era a formulação de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a população brasileira que garantisse alimentação adequada para as pessoas com dificuldades ao acesso de alimentos.

O Projeto Fome Zero relatava que até aquele momento não existia uma política geral de segurança alimentar e que a vulnerabilidade à fome atingia milhões de brasileiros. Esse projeto foi desenhado para atacar o problema de insegurança alimentar a partir da melhoria do nível de

renda da população pobre, já que no Brasil a fome está mais relacionada com insuficiência de renda do que da falta de oferta ou escassez de alimento (TAKAGI, 2010).

Com a eleição de Lula em 2003 esse projeto se transformou no Programa Fome Zero que tinha entre suas ações propiciar assistência financeira para complementar a renda das famílias na compra de alimentos. Nesse sentido é implantado o Cartão Alimentação com o intuito de garantir às famílias em estado de insegurança alimentar recursos financeiros ou o acesso a alimentos em espécie, suficientes para a manutenção de sua saúde e nutrição. O benefício desse cartão era de R\$ 50,00 para cada família, por um período de 6 meses e podendo ser prorrogado em até 18 meses. A faixa elegível para recebê-lo eram as famílias que apresentassem renda per capita de até meio salário mínimo (BRASIL, 2003).

2.3.2 O Programa Bolsa Família (PBF)

Segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2004) existia uma falta geral de coordenação entre os programas de transferência de renda existentes. Cada programa tinha um núcleo administrativo, uma forma específica de selecionar os beneficiários e repassar os recursos, o que acabava por gerar desperdício de recursos e programas concorrentes e sobrepostos.

O PBF foi lançado pelo governo em 2003 e instituído no ano seguinte pela Lei nº 10.836 com intuito de organizar quatro programas de transferência de renda que já existiam: o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e o Cartão Alimentação. No Quadro 1 apresenta-se um resumo dos benefícios e da elegibilidade dos programas remanescentes que originou o PBF.

De acordo com Sant'Ana (2007) a articulação do PBF está em torno de três pontos: unificação dos quatro programas de transferência de renda que existiam em 2002 e que não eram coordenados entre si; a questão das condicionalidades e o cumprimento delas por parte das famílias e; a parceria entre as três esferas de Governo (municipal, estadual e federal) .

Programas	Legislação	Elegibilidade	Benefícios Financeiros
Bolsa Escola	Lei nº 10.219 de 11/04/2001, e Decreto nº 4.313, de 24/07/2002	Renda familiar mensal de até R\$ 90,00 por pessoa, com crianças de 6 a 15 anos	R\$ 15,00 – benefício mensal por criança, até o limite de R\$ 45,00
Bolsa Alimentação	MP nº 2.206-1, de 6/09/2011, e Decreto nº 3.934, de 20/09/2001	Gestantes, nutrizes e crianças de 6 meses a 6 anos e 11 meses em risco nutricional	R\$15,00 – benefício mensal até o limite de R\$ 45,00
Auxílio-Gás	MP nº 18, de 28/12/2001, e Decreto nº 4.102, de 24/01/2002	Renda famílias mensal de até meio salário mínimo por pessoa	R\$7,50 – benefício mensal pago bimestralmente (R\$ 15,00 a cada dois meses)
Cartão Alimentação	Lei nº 10.689, de 13/06/2003 e Decreto 4.675, de 16/04/2003	Renda famílias mensal de até meio salário mínimo por pessoa	R\$50,00 – benefício mensal pago à família

Quadro 1. Benefícios financeiros dos programas remanescentes

Fonte: MDS/SENARC (2008)

Segundo a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), órgão do MDS responsável pelo programa, o Bolsa Família tem entre seus principais objetivos: aliviar a pobreza de forma imediata, por meio da transferência direta de renda às famílias; contribuir para a redução da pobreza entre gerações, por meio do acompanhamento das condicionalidades; e apoiar e desenvolver as famílias por meio da articulação com programas complementares. Assim, os objetivos do PBF apresentam além de um caráter emergencial, por se constituir em programa que transfere diretamente os benefícios às famílias, mas também de longo prazo por exigir contrapartidas que garantam aos beneficiários direitos sociais mínimos, como educação e saúde, que contribuem para o desenvolvimento de capital humano entre as famílias pobres (MDS, 2008a).

O PBF foi constituído como um modelo mais condizente à realidade das famílias brasileiras. As famílias elegíveis para receber o Bolsa Família são aquelas que têm renda de até R\$ 70,00 per capita e/ou aquelas com renda entre 70 a 140 reais que possuem filhos de até 15 anos e com mulheres grávidas e/ou amamentando.

O Quadro 2 exemplifica os benefícios básico e variável concedidos pelo Programa. O benefício básico tem o valor de R\$ 68,00 e o benefício variável tem o valor de R\$ 22,00 para cada membro da família, sendo que o limite máximo é de três benefícios por família.

Renda per capita	Composição familiar com membros de 0 a 15 anos, mulheres grávidas e amamentando	Quantidade e tipo de benefício	Valor do benefício (R\$)
De R\$ 70,00 a R\$ 140,00	1 membro	(1) Variável	22,00
	2 membros	(2) Variável	44,00
	3 ou + membros	(3) Variável	66,00
Até R\$ 70,00	Sem ocorrência	Básico	68,00
	1 membro	Básico + (1) Variável	90,00
	2 membros	Básico + (2) Variável	112,00
	3 ou + membros	Básico + (3) Variável	134,00

Quadro 2. Composição de benefícios financeiros básico e variável do PBF

Fonte: MDS, 2010

Elaboração autor*

(*) Informações atualizadas de acordo com Decreto no. 6.917, de 30 de julho de 2009.

Além dos benefícios, básico e variável, existe o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) que concede o valor de R\$ 33,00 para famílias com adolescente com idade entre 16 e 17 anos que frequentem a escola, com limite de dois adolescentes por família (MDS, 2010). Existe também o Benefício Variável de Caráter Extraordinário para as famílias dos programas remanescentes que sofreram perdas ao migrarem para o PBF onde o valor concedido é calculado caso a caso. Em 2011 o limite de benefício variável recebido por família aumentou de três para cinco crianças e adolescentes com até 15 anos. Os valores dos benefícios também foram reajustados, e o benefício básico passou a ter valor de R\$ 70,00, o benefício variável aumentou para R\$ 32,00 e o BVJ passou a ser de R\$ 38,00.

Para receber esses benefícios as famílias têm que cumprir algumas contrapartidas exigidas pelo PBF nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social. Os compromissos assumidos pelas famílias nestas três áreas são:

1) Saúde: acompanhamento do cartão de vacinação, crescimento e desenvolvimento de crianças menores de 7 anos. Também deve haver o acompanhamento da saúde do bebê e da saúde de mulheres grávidas e mães amamentando;

2) Educação: crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem estar devidamente matriculados na escola e com frequência de no mínimo 85%. Para adolescente de 16 e 17 anos a frequência mínima é de 75%;

3) Assistência Social: crianças e adolescente de até 15 anos, com riscos e retiradas do trabalho infantil, devem participar de serviços socioeducativos como os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com carga mínima de 85%.

O intuito dessas condicionalidades é o de proporcionar, principalmente para a nova geração, melhor qualidade de vida e maior acesso aos direitos sociais básicos.

2.4. Os programas remanescentes e os avanços do Programa Bolsa Família

A organização dos programas de transferência de renda que resultou no programa Bolsa família fez com que as três esferas de poder, os estados, os municípios e a União formassem uma aliança que passou a garantir uma maior abrangência, nunca alcançada por outros programas de transferência de renda. Antes, os programas de transferência de renda existiam sobrepostos e sem coordenação o que acabava por resultar, em muitas vezes, em famílias recebendo mais de um benefício enquanto outras, nas mesmas ou em piores condições, não estavam recebendo a ajuda, o que comprometia a eficiência dos programas.

A coordenação do leque institucional do Bolsa Família, apesar de apresentar problemas ainda, colaborou muito para o programa se expandir. Começou em 2004 a migração dos beneficiários dos programas remanescentes para o Bolsa Família. Os valores de repasse desses programas foram diminuindo na medida em que foi aumentando o repasse para o PBF.

Na Tabela 1, podemos identificar que a migração dos beneficiários dos programas remanescentes entre 2004 e 2011 ocorreu de forma gradual.

Tabela 1 - Quantidade de beneficiários dos programas remanescentes 2004-2011

Programas	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Auxílio-Gás	5.356.207	3.401.097	641.644	293.920	226.131	0	0	0
Bolsa Alimentação	53.507	24.175	2.474	229	2	0	0	0
Bolsa Escola	3.042.779	1.783.917	36.481	5.860	179	6	0	0
Cartão Alimentação	107.907	83.524	32.136	22.193	14.686	9.138	6.934	2.431
Total	8.562.404	5.294.718	714.741	324.209	243.006	11.153	8.944	4.442

Fonte: Martins, 2011

As famílias que recebiam os benefícios dos programas remanescentes só migrariam para o Programa Bolsa Família se atendessem aos critérios de elegibilidade.

A unificação dos programas sociais e a utilização de um cadastro único permitiram que a transferência de renda para os beneficiários ganhasse eficiência e escala. Além disso, o fato dos recursos financeiros serem creditados diretamente para o beneficiário, preferencialmente à mulher, o que, em tese, dificultaria o desvio dos recursos (BRASIL, 2004).

Essa expansão do PBF está amparada por meta nacional de famílias a serem alcançadas anualmente. A primeira meta proposta pelo programa era a de atingir 11,1 milhões de famílias, atingida em 2009, e 12,9 milhões fechada em 2011. O próximo objetivo do governo será o de atender todas as famílias pobres. A Tabela 2 abaixo demonstra a evolução do número de famílias atendidas pelo programa, desde 2004 (MDS, 2010).

Tabela 2 - Evolução no número de famílias atendidas pelo PBF 2004-2011

Ano	Nº de famílias atendidas	Evolução nº de famílias atendidas	%
2004	6.571.839	-	-
2005	8.700.445	2.128.606	32,4%
2006	10.965.810	4.393.971	66,9%
2007	11.043.076	4.471.237	68,0%
2008	10.557.996	3.986.157	60,7%
2009	12.370.915	5.799.076	88,2%
2010	12.778.220	6.206.381	94,4%
2011	13.352.306	6.780.467	103,2%

Fonte: MDS, 2010

Elaboração própria

Mas não foi somente o número de famílias atendidas que expandiu. Os valores repassados para o programa mais que dobrou desde 2004, o que indica um forte crescimento do volume transferido. A Tabela 3 mostra a expansão desses recursos para o Bolsa Família e sua proporção do PIB. Podemos observar que o investimento no PBF, em relação do PIB, aumentou aproximadamente 0,11% no período de 2004 a 2010.

Tabela 3 - Total de recursos destinados ao PBF/PIB 2004-2010

Ano	Recursos destinados ao Programa Bolsa Família (R\$)	PIB (R\$)	(%)/PIB
2004	5.533.257.938	1.941.497.999.000	0,28
2005	6.904.345.866	2.147.238.999.000	0,32
2006	8.319.306.134	2.369.484.000.000	0,35
2007	9.452.880.107	2.661.344.001.000	0,36
2008	11.084.430.964	3.032.203.004.000	0,37
2009	12.672.955.384	3.239.403.999.000	0,39
2010	14.635.389.508	3.770.084.872.000	0,39

Fonte: Portal Transparência e IBGE

Elaboração autor

Os avanços na questão da focalização dos programas de transferência é outro ponto positivo do PBF. Como podemos observar na tabela abaixo, os municípios com menos de 100.000 habitantes possuem cerca de 63,65% do total de famílias pobres. Nesses municípios o número de famílias beneficiárias do PBF representa 65,62% do total. Assim, quando comparado às porcentagens das famílias beneficiárias por faixa de tamanho de população o Bolsa Família, tem um percentual de beneficiários, bem próximo do percentual de famílias pobres, o que indica boa focalização no atendimento da população que realmente precisa do benefício.

Tabela 4 - População total e participação das famílias beneficiárias do PBF 2004-2007

	População total 2007	Estimativa de famílias pobres em 2004	Famílias beneficiárias do PBF em jan. de 2007
Números absolutos			
Até 10.000 hab.	13.824.747	1.292.829	1.292.256
10.000 a 20.000 hab.	18.432.048	1.754.265	1.774.997
20.001 a 50.000 hab.	31.755.821	2.617.900	2.653.064
50.001 a 100.000 hab.	21.637.077	1.386.870	1.437.754
100.001 a 500.000 hab.	47.429.960	1.962.687	1.960.496
500.001 a 1.000.000 hab.	16.271.049	659.304	583.503
Mais de 1.000.000 hab.	39.984.485	1.428.910	1.206.382
Total	189.335.187	11.102.764	10.908.452
Valores Percentuais			
Até 10.000 hab.	7,30	11,64	11,85
10.000 a 20.000 hab.	9,74	15,80	16,27
20.001 a 50.000 hab.	16,77	23,58	24,32
50.001 a 100.000 hab.	11,43	12,49	13,18
100.001 a 500.000 hab.	25,05	17,68	17,97
500.001 a 1.000.000 hab.	8,59	5,94	5,35
Mais de 1.000.000 hab.	21,12	12,87	11,06
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Santana, 2007

Outro importante avanço do PBF foi o acompanhamento das condicionalidades exigidas das famílias beneficiárias do programa. Soares e Sátyro (2010) apontam que ocorreram melhorias no sistema de cobrança efetiva por parte do Estado, pois até setembro de 2006 não eram realizadas cobranças efetivas. A partir de outubro de 2008 o MDS, o MEC e o Ministério da Saúde, deram início à implementação de um sistema de verificação crescentemente sofisticado e eficaz.

Antes do PBF, os programas remanescentes eram administrados por Ministérios diferentes, o que fazia com que os programas tivessem um caráter setorial, onde cada um tinha seus critérios ou não de elegibilidade e sem nenhuma ação de acompanhamento para garantir o cumprimento e a possível coincidência das famílias que os recebiam. A unificação entre eles possibilitou o acompanhamento do acesso aos serviços de educação, saúde e assistência social criando integração e articulação entre essas políticas.

Numa entrevista para a Revista Carta Capital, a atual ministra do Desenvolvimento Social Tereza Campello diz que foi com PBF que começou de fato o controle do cumprimento das condicionalidades por parte das famílias beneficiárias. A ministra afirma:

“antes se sabia, no máximo, se a criança estava, por exemplo, matriculada na escola. Atualmente, controlamos a frequência escolar de 15 milhões de estudantes. Os alunos cujas famílias estão no programa têm frequência acima da média dos demais estudantes da rede pública de ensino”. (CAMPELLO, 2012)

As condicionalidades e o seu monitoramento contribuem para que as famílias pobres, normalmente excluídas das políticas públicas, tenham acesso às políticas de saúde, educação e assistência social. O aumento da escolaridade e o cumprimento da agenda da saúde dá chance para as populações mais pobres se inserirem no contexto socioeconômico.

CAPITULO III. AS MUDANÇAS NA VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

3.1. Efeitos do Programa Bolsa Família e as condicionalidades

Segundo o Instituto Internacional de Pesquisas sobre Políticas Alimentares (IFPRI, 2012) o PBF não está somente complementando o orçamento mensal das famílias pobres no Brasil, mas também está mudando as condições de vida dessas famílias. Essa constatação é fruto da pesquisa realizada “Avaliação do Impacto do Programa Bolsa Família” numa segunda rodada (AIBF II) realizada pelo IFPRI, encomendada pelo MDS e pelo Banco Mundial (BIRD) com o objetivo de entender os efeitos do programa na condição de vida das famílias que recebem o Bolsa Família. O intuito desse tipo de pesquisa é analisar os efeitos do PBF com um olhar mais no futuro. O programa não foi articulado somente para atingir as famílias e a sociedade no curto prazo, onde seus efeitos são o alívio imediato da pobreza através da transferência direta de renda para as famílias pobres. A médio prazo tem-se o papel das condicionalidades, que proporcionam o desenvolvimento do capital humano e dão a possibilidade de mudança de vida para as novas gerações. E por último ocorre a inclusão social efetiva, integrando essas famílias pobres às políticas sociais do governo para no longo prazo construir a uma sociedade mais igualitária e mais desenvolvida socialmente (MESQUITA, 2007, p. 106).

As mudanças proporcionadas pelo PBF nas condições familiares dos beneficiários não é somente de uma renda extra. O Bolsa Família exige o cumprimento de condicionalidades ligadas à educação e saúde o que contribuiu para o acesso aos serviços que, antes, tornavam essas famílias excluídas. Podemos destacar que esse programa pode propiciar alguma contribuição para as famílias beneficiadas na satisfação das suas necessidades humanas elementares. É nesse sentido que abordaremos nas próximas sessões o impacto desse programa, seja na renda, por se tratar de um programa de transferência de renda direta, e na saúde e educação, por se tratar de programa que apresenta condicionalidades nessas áreas, bem como apresenta também condicionalidades na área de assistência social.

3.2. Impactos na escolaridade: frequência escolar com o rendimento mensal per capita das famílias

As dificuldades diante das famílias pobres no Brasil são muitas. Muitas vezes a falta de condição e oportunidade faz com que crianças e adolescentes pobres não frequentem a escola criando uma conexão entre nível de escolaridade e a pobreza. O baixo nível de escolaridade faz com que crianças e adolescentes se tornem adultos desqualificados no mercado de trabalho, com pouca chance de mudar sua condição de vida.

A relação entre a pobreza e a frequência escolar foi relatada na PNAD (2004), onde os dados demonstraram que quanto maior o nível de rendimento mensal domiciliar, menor o nível da proporção de crianças e adolescentes que não frequentavam a escola ou creche.

Na Tabela 5 podemos comparar a porcentagem de frequência escolar com o rendimento mensal per capita das famílias. Para os grupos na faixa etária de 7 a 14 anos e que tem rendimentos de até 1/4 do salário mínimo, que são as famílias elegíveis pelo PBF, o percentual de pessoas que não frequentavam a escola era de 5,1, bem acima da média nacional, na qual o percentual é de 2,9. Nos grupos de idade entre 15 a 17 anos, a discrepância entre o nível de renda e o percentual de pessoas que não estudavam é ainda maior, chegando a mais de 35% para os que recebem somente os benefícios do Governo.

Tabela 5 - Percentual de pessoas de 7 a 17 anos que não frequentavam a escola 2004

Idade e Classe de Rendimento mensal per capita	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
7 a 14 anos	2,9	5,0	3,9	1,9	2,2	2,8
Até 1/4 SM	5,1	6,9	5	4,4	3,5	5,4
Mais de 1/4 a 1/2 SM	3,5	5,0	3,9	2,4	3,6	4,1
Mais de 1/2 a 1 SM	2,6	4,6	3,2	2,1	2,0	2,6
Mais de 1 a 2 SM	1,1	3,1	0,9	0,8	2,3	1,6
Mais de 2 SM	0,6	1,4	0,7	0,3	1,0	0,3
Sem rendimentos	7,5	16,6	8,9	6,4	3,9	4,0
15 a 17 anos	8,1	21,3	21,1	14,6	18,3	20,0
Até 1/4 SM	7,0	26,7	25,6	30,9	30,1	28,1
Mais de 1/4 a 1/2 SM	23,4	24,6	23,5	21,1	27,3	24,9
Mais de 1/2 a 1 SM	19,1	20,4	19,0	16,9	22,4	23,5
Mais de 1 a 2 SM	12,3	15,5	8,0	11,0	14,8	17,8
Mais de 2 SM	4,8	8,4	5,0	3,8	6,2	5,6
Sem rendimentos	35,2	38,8	35,2	31,7	60,8	26,9

Fonte: PNAD, 2004

Observa-se a importância das contrapartidas na educação para os beneficiários do PBF. Como já foi dito anteriormente o PBF tem como uma de suas condicionalidades, a ser cumprida pelas famílias beneficiárias, a manutenção das crianças e adolescente na escola com frequência escolar mínima de 85% para crianças de 6 a 15 anos e de 75% para adolescente de 16 e 17 anos. Para que seja cumprida essa condicionalidade o acompanhamento e a fiscalização da frequência escolar está sobre a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), que criou em 2006 um novo sistema de acompanhamento, o Sistema Presença, sendo que o primeiro sistema de acompanhamento era operacionalizado pela Caixa Econômica Federal.

Nesse sistema é possível verificar os relatórios de frequência de todas as crianças cadastradas, além de identificar os motivos de baixa frequência. O objetivo principal desse acompanhamento é o de estimular a permanência e progressão escolar frente aos motivos de baixa/não frequência e buscar a superação desses obstáculos (CURRALERO et. al., 2010).

A contrapartida na educação é um meio de buscar soluções para a diminuição da não frequência escolar entre as famílias de baixa renda.

Segundo dados do MDS mais de 15 milhões de adolescentes e crianças estavam sendo acompanhados pelo monitoramento de frequência no ano de 2010. O Quadro 3 compara o total de beneficiários acompanhados e o total de beneficiários que recebem o Bolsa Família com o perfil educação. Observamos que apesar de um número expressivo de crianças e adolescentes entre 6 e 16 anos que estão sendo acompanhados, há aproximadamente 2 milhões de beneficiários que não estão sendo monitorados.

Tabela 6 - Acompanhamento dos beneficiários do PBF em Educação 2010

	Total de beneficiários com perfil educação (16 a 17 anos) 2010	Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 anos) 2010	%	Total de beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos) 2010	Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos) 2010	%
Brasil	1.768.412	1.406.523	79,54	15.748.522	14.105.442	89,57
Norte	234.902	192.859	82,10	2.023.459	1.779.211	87,93
Nordeste	928.729	756.498	81,46	7.307.855	6.552.077	89,66
Centro-Oeste	92.779	68.083	73,38	858.922	740.986	86,27
Sul	132.495	99.525	75,12	1.391.658	1.272.528	91,44
Sudeste	379.507	289.558	76,30	4.166.628	3.760.640	90,26

Fonte: Matriz de Informação Social, MDS (2010)

Elaboração autor

Os dados da AIBF II (IFPRI, 2012) apontam que as proporções de frequência escolar são altas em todas as faixas etárias atingindo 95% entre crianças de 8 a 14 anos, porém diminuindo a frequência quando incluídas crianças menores de oito anos e maiores de quatorze anos. Ou seja, o acompanhamento dos jovens na educação vem garantindo o acesso e a permanência na escola para os beneficiários. Por isso, é importante que as políticas ligadas a essa condicionalidade aumente a capacidade de monitoramento da frequência escolar.

O acompanhamento dessa contrapartida tem registrado bons resultados não só na frequência escolar, mas também no desempenho escolar das crianças e adolescentes de famílias

beneficiadas. No quadro 4 podemos observar o rendimento escolar dos alunos beneficiários do PBF e o rendimento do total de alunos do censo escolar. Quando comparamos a taxa de aprovação dos alunos beneficiados pelo PBF e a média nacional de aprovação constatou-se que, no ensino médio a aprovação dos beneficiários do Bolsa Família é maior do que a média nacional, chegando a uma diferença de 8,5% em 2008, porém, diminuindo nos anos seguintes. No ensino fundamental os números são praticamente similares.

Podemos observar que a taxa de abandono, tanto no ensino médio como no ensino fundamental, dos beneficiários do Bolsa Família foi menor no período de 2008 a 2010 quando comparada com a média nacional da taxa de abandono. Mesmo a taxa ter caído quase 3% nesse período, a taxa de abandono entre os alunos do censo escolar total é 4,3% maior que os beneficiários do Bolsa Família do ensino médio.

Tabela 7 - Taxa de aprovação e abandono escolar dos beneficiários do PBF 2008-2010

Alunos		Ensino Médio			Ensino Fundamental		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010
Beneficiários do Bolsa Família	Taxa de Aprovação	81,1%	79,9%	80,8%	80,5%	82,0%	83,1%
	Taxa de Abandono	7,2%	7,5%	7,2%	3,6%	3,4%	3,0%
Total de Alunos do Censo Escolar	Taxa de Aprovação	72,6%	73,7%	75,1%	82,3%	83,8%	85,3%
	Taxa de Abandono	14,3%	12,8%	11,5%	4,8%	4,1%	3,5%

Fonte: Currello et. al, (2010) e Carta Capital (2012).

Elaboração autor

Esses dados são extremamente importantes, pois demonstram que os objetivos de permanência na escolar e progressão escolar estão sendo conquistados pelo acompanhamento dessa condicionalidade. Além disso, a permanência na escola faz com que as crianças e os adolescentes adiem sua entrada no mercado de trabalho, contribuindo para a diminuição da taxa de trabalho infantil. Segundo relatório da AIBF II o PBF pode atrasar em até 0,8 anos à entrada das crianças/adolescentes do sexo masculino no mercado de trabalho (IFPRI, 2012).

Ainda que o programa apresente um avanço nas taxas de frequência e de aprovação, nada garante a qualidade de ensino. Não se pode pensar em tratar a educação dos jovens se não melhorar sua qualidade. De que adianta a criança estar na escola se os investimentos em educação são insuficientes? A falta de infraestrutura e professores qualificados ainda são problemas que precisam ser acompanhados, dado esse aumento de crianças e adolescentes matriculados.

É preciso que o governo alie o investimento no programa Bolsa Família com aumento na contratação de professores e na qualificação desses, na infraestrutura das escolas e no acesso aos programas culturais nas comunidades.

3.3. Impactos na Renda das famílias elegíveis na extrema pobreza

O perfil das famílias elegíveis para receber os benefícios do PBF são aquelas que se encontram em situação de extrema pobreza e de pobreza. Assim, é de se esperar um aumento significativo na renda mensal das famílias que recebem o benefício. É importante ressaltar que esse aumento de renda teve impacto principalmente para as famílias que se encontram na extrema pobreza. Dessa forma

para o Brasil, como um todo, a renda mensal média per capita cresceu de R\$ 51,09, antes do benefício, para R\$ 78,12, depois do benefício (alta de 52,9%). Portanto, os referidos benefícios levam a renda média per capita de um nível abaixo da linha de extrema pobreza, utilizada pelo programa (R\$ 70,00), para um nível acima desta. (CONSTANZI; FAGUNDES, 2010, p. 258),

O fato de a renda estar aumentando principalmente entre as famílias na linha de extrema pobreza demonstra o caráter da focalização do programa está centrado principalmente nas famílias em estado de miséria.

A pesquisa também revela que a renda mensal familiar aumentou principalmente no Norte e Nordeste do país, por estas regiões apresentarem um nível de renda menor que a média nacional.

O Quadro 5 demonstra o impacto do benefício na renda média das famílias de acordo com as regiões do país.

Tabela 8 - Total de famílias beneficiárias do PBF: renda média mensal per capita

Regiões	Renda familiar mensal per capita (R\$)*			
	Total de famílias (em 1 mil)	Média	Média após benefício	Crescimento da renda (porcentagem)
Brasil	12.426	51,09	78,12	52,9
Norte	1.324	44,66	71,84	60,9
Nordeste	6.359	42,68	71,63	67,8
Sudeste	3.058	62,76	87,41	39,3
Sul	1.062	67,25	91,15	35,5
Centro-Oeste	622	65,82	89,95	36,7

Fonte: Constanzi; Fagundes (2010)

(*) A partir dos microdados do Cadastro Único de março de 2010 e da Folha de Pagamento de abril de 2010

O valor recebido por essas famílias tem gerado um certo conforto financeiro e a possibilidade de acesso às coisas que antes os beneficiários não teriam condição de ter. Pesquisas demonstraram que o principal gasto das famílias é com a alimentação e em seguida o próximo gasto é com material escolar. Para 87% das famílias o principal destino dos recursos do programa é com a alimentação. Em seguida o gasto vai para a compra de material escolar (46%), vestuário (37%) e remédios (22%) (MDS, 2008b).

3.4. Impactos na Saúde: reforçar o direito de acesso à política universal de saúde

Está previsto na Constituição Brasileira em seu Art. 6º que diz que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Apesar de constar que toda a população brasileira tenha acesso à saúde, muitos brasileiros são excluídos desse serviço básico. A oferta e o acompanhamento da saúde das famílias têm como objetivo reforçar esse direito de acesso à política universal de saúde, visando à melhoria das condições de vida. Esse acompanhamento é de responsabilidade

do Ministério da Saúde, e é realizado por equipes e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) ou por uma unidade básica de saúde de mais fácil acesso pela família.

Desde que o acompanhamento das famílias beneficiadas se iniciou em 2005, o número de famílias com demanda pelos serviços de saúde quase dobrou até o final de 2010. Nesse mesmo período pode-se observar uma evolução positiva no número de famílias sendo acompanhadas. Esse aumento pode ser observado no quadro abaixo que mostra que mais de 7 milhões de famílias estavam sendo acompanhadas.

Tabela 9 - Acompanhamento da condicionalidade de Saúde do PBF

Famílias Beneficiárias	2005	2010
Famílias para Acompanhamento	5.539.716	10.602.965
Famílias Acompanhadas	334.856	7.254.691
Percentual de Acompanhamento	6,04%	68,42%

Fonte: Ministério da Saúde/ DATASUS.

Elaboração autor

Os compromissos na área da saúde que as famílias beneficiárias assumem são centrados principalmente nas crianças e em mulheres grávidas e nutrizes. As crianças de famílias que recebem o benefício têm a vacinação e seu crescimento e desenvolvimento nutricional é acompanhado pelas equipes ou por unidades básicas de saúde. Já as mulheres gestantes tem o acompanhamento do pré-natal e mulheres nutrizes tem o acompanhamento da sua saúde e da saúde do bebê.

Os programas de vacinação são considerados importantes como medidores da qualidade de serviços de saúde de um país, já que são essenciais para o controle de doenças e a melhor forma de prevenção delas.

Os resultados do acompanhamento da vacinação em crianças menores de 7 anos tem se mostrado satisfatórios. O Gráfico 2 demonstra ao longo dos anos de vigência do programa, um aumento do número de crianças acompanhadas e um alto percentual de cumprimento dessa condicionalidade.

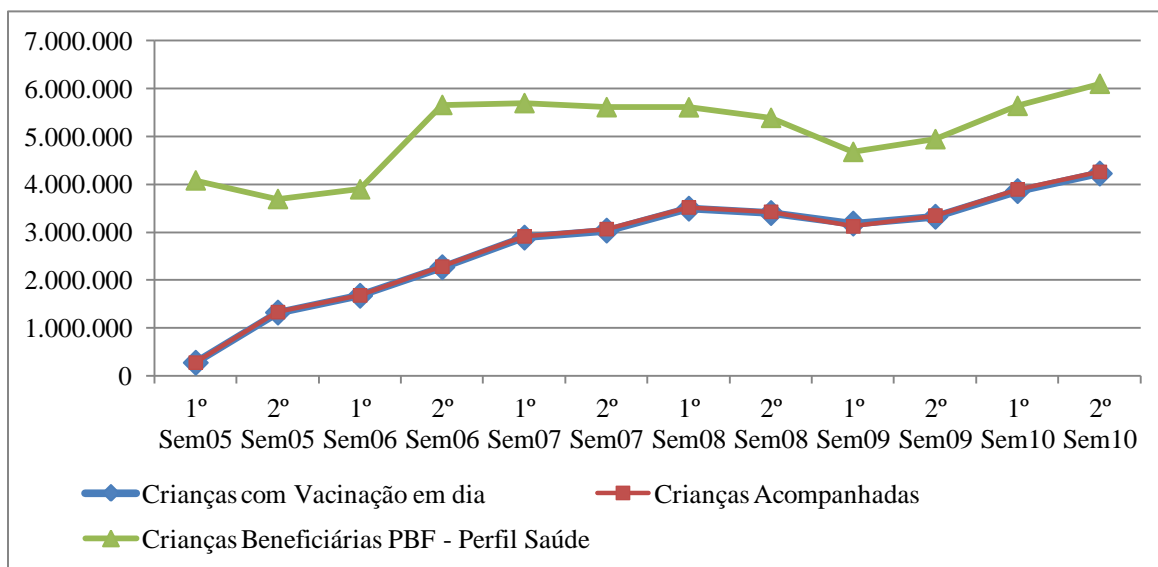


Gráfico 2 - Crianças beneficiárias, acompanhadas e com vacinação em dia 2005-2010.

Fonte: Ministério da Saúde/ DATASUS

Elaboração autor

Segundo os dados da AIBF II a proporção de crianças com até seis anos que nunca receberam vacina caiu de 21% para 18%, entre 2005 e 2009, o que mostra um aumento da cobertura de vacinação. Em geral a pesquisa observou um impacto positivo do programa sobre o esquema vacinal.

O acompanhamento do pré-natal é um importante fator para assegurar que esse serviço seja realizado com qualidade e que esteja ao alcance de todas as mulheres grávidas. Segundo Monteiro (2009, apud Currello et. al., 2010, p. 168), a melhoria no acesso aos exames pré-natais tem interferência direta no estado de saúde dos filhos durante a infância. Os dados do gráfico 3 mostram que o alto nível do cumprimento dessa condicionalidade pelas gestantes.

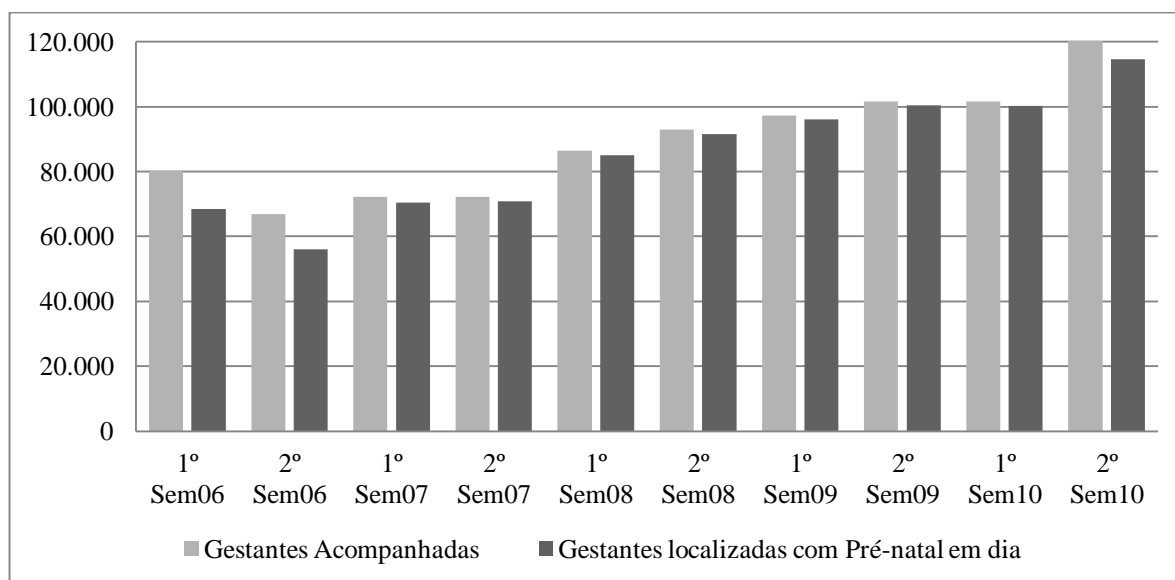


Gráfico 3 - Acompanhamento das gestantes beneficiárias do PBF 2006-2010

Fonte: Ministério da Saúde/ DATASUS

Elaboração autor

Apesar dos avanços do Bolsa Família para aumentar a oferta de serviços na área da saúde existem muitos municípios em que o acesso a esses serviços, vacinação e pré-natal, ainda é muito precário, principalmente nas áreas onde a densidade demográfica é menor e os postos de saúde são longe e oferecem serviços de pouca qualidade.

CAPITULO IV. OS EFEITOS ECONÔMICOS DO PBF: AUMENTO NO VOLUME DE RECURSOS DOS PROGRAMAS SOCIAIS

4.1. Gasto ou investimento?

Desde o seu surgimento os recursos do PBF aumentaram mais de 164%, chegando quase a 15 milhões de reais em 2010. O aumento do volume de recursos destinados a programas sociais nos últimos anos vem provocando uma divisão de opiniões sobre se esse repasse de recursos se trata de um investimento capaz de gerar desenvolvimento na economia ou são gastos que só aumentam a dívida pública.

Desta forma grande parte das críticas ao Bolsa Família referem-se à preocupação com os gastos públicos. Entretanto, quando comparado, por exemplo, os gastos do Programa Bolsa Família com os juros da dívida em 2010, as proposições encontram-se em 0,39% do PIB para o Programa Bolsa Família e 5,2% (R\$ 195 bilhões) para pagamento de juros (BACEN, 2010).

Além disso, de acordo com pesquisas e estudos recentes sobre os efeitos do PBF na economia, o programa tem indicado um impacto positivo do programa, não somente no aumento da renda familiar per capita, mas também sobre a composição da renda em alguns estados. Esse impacto ocorre principalmente porque os benefícios são usados diretamente para o consumo o que movimenta a economia local.

4.2. O Efeito econômico do gasto com o PBF: aquecimento da economia local

Pochmann (2010) avalia que dinheiro no bolso dos mais pobres pode ser traduzido em aquecimento da economia. Ele afirma que o mercado interno se realiza de acordo que a capacidade de compra da população, os pobres tem uma tendência a gastar muito forte, ou seja mais dinheiro para essas classes é muito positivo para a economia.

Marques (2005) tenta identificar a importância econômica do programa Bolsa Família nos municípios destacando o efeito multiplicador de inspiração keynesiana, admitindo que o gasto governamental, assim como o privado, gera uma renda de valor maior do que o do gasto realizado originalmente no conjunto global da economia. Isso ocorre, porque as compras que o Governo realiza geram novas demandas para as empresas que acabam por aumentar sua produção, que vai aumentar seus pedidos com os seus fornecedores, aumentando o nível de trabalhadores a serem contratados.

As transferências de renda às famílias vêm proporcionado um impacto econômico tanto maior quanto for a propensão marginal a consumir, isso é, quanto maior for a parcela destinada a consumir quando a renda é aumentada em uma unidade. Para Marques (2005) o alvo principal do PBF são as famílias que estão em situação de extrema pobreza e que são mais propensas a consumir. Assim, os recursos repassados pelo governo para essas famílias acabam por retornar aos cofres públicos por meio de um incremento na arrecadação de impostos.

Ao receber determinado valor uma família emprega parte dele para o consumo de certos produtos, gerando uma maior demanda, para que certo setor produza mais. Esse aumento aumenta a necessidade de se contratar mais mão de obra ou elevar a remuneração do trabalhador, que acaba por gerar mais pessoas com capacidade de consumir mais. É esse ciclo positivo que o PBF vem ajudando a causar na economia e na diminuição da desigualdade de renda (CASTRO et al., 2010).

Para demonstrar esse efeito econômico Marques (2005) utilizou em sua pesquisa uma amostra de 4.896 municípios estratificados de acordo com sua localidade, porte populacional, nível de pobreza e atividade econômica predominante.

Em sua pesquisa ele constatou que é na região Nordeste onde os recursos do Bolsa Família atinge o maior percentual da população dos municípios. O estudo encontrou municípios do Nordeste em que até 45% da população é beneficiária da transferência de renda do Bolsa Família. Outras regiões do Brasil, principalmente na região Sul, o percentual de população beneficiária é relativamente baixo, refletindo a condição socioeconômica vantajosa de sua população.

Esse fato ocorre devido às desigualdades de renda que existem também nas diferentes regiões do país. Dessa forma entre as regiões do Brasil, a Nordeste é a que apresenta os maiores percentuais de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza. Assim, é de se esperar que a maior parte dos recursos do Bolsa Família se concentre nessa região já que o programa é direcionado exatamente para essa parte da população. No Gráfico 4, podemos verificar o percentual de beneficiários entre as regiões do Brasil.

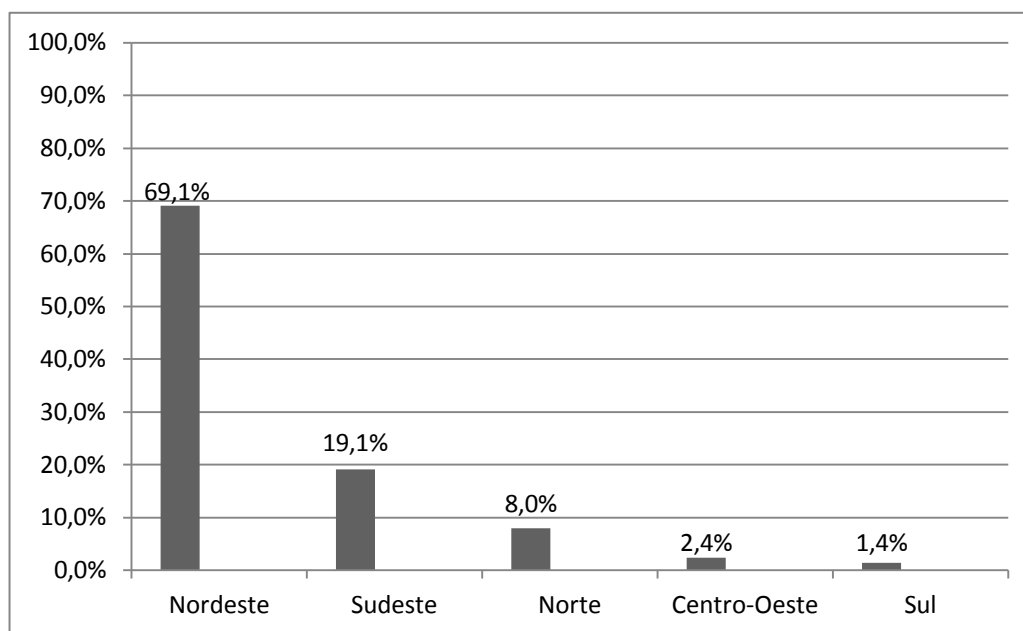


Gráfico 4 - Distribuição percentual dos beneficiários do PBF - Regiões do Brasil

Fonte: Marques (2005)

Verificou-se então, que em muitos municípios o programa é responsável por boa parte de suas atividades econômicas, concluindo que quanto menos desenvolvido for o município, maior será a importância relativa do programa, podendo chegar a renda de até a 30% da população oriundas da transferência de renda do Programa Bolsa Família.

Esse efeito do Bolsa Família na economia também foi observado por Landim e Menezes (2009) em relatório do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER). O objetivo do estudo foi averiguar a existência de impactos do Programa Bolsa Família sobre as economias municipais.

Para isso, primeiramente foi confirmada a grande desigualdade entre os municípios brasileiros, e o fato dos municípios com mais beneficiários do programa serem aqueles menos desenvolvidos social e economicamente. O que já tinha sido observado por Marques (2005).

Landim e Menezes (2009) dividem os municípios em dois grupos: os que possuem mais de 50% da população beneficiada (Grupo 1); e os municípios com menos de 50% de beneficiários (Grupo 2). Analisado o crescimento do PIB nos dois grupos foi identificado que os municípios brasileiros que tinham o maior número de beneficiários do PBF tiveram um crescimento do PIB maior em comparação com os municípios onde o número de beneficiários é menor.

Tabela 10 - Variação do PIB médio e per capita de Grupos de municípios 2004-2006

Grupos/Anos	Varição PIB médio	Varição PIB per capita médio
	2006/2004	2006/2004
1	10,06%	10,12%
2	7,95%	7,04%

Fonte: Landim e Menezes (2009)

O estudo também dimensionou esse efeito. O resultado encontrado foi o de que o programa afeta positivamente a arrecadação dos municípios. O resultado encontrado indicou que: um aumento de 10% na população beneficiada leva a um aumento médio de 1,05 na arrecadação municipal; e um aumento de 10% no valor de repasse per capita leva a um aumento médio de 1,36 na arrecadação municipal.

Concluimos que apesar do aumento dos recursos direcionados para o programa, o dinheiro investido retorna para os cofres públicos por meio de Impostos. Além disso, com o aumento da arrecadação municipal podemos considerar que esses municípios vão poder melhorar a qualidade de serviços oferecidos como: saúde, educação, infraestrutura, etc.

CONCLUSÃO

A intenção principal desse trabalho foi traçar um panorama geral do Programa Bolsa Família e destacar a importância dos programas de transferência de renda tanto para a população de baixa renda, quanto para a economia e outros setores como saúde e educação.

Podemos dizer que os programas de transferência de renda condicionada foi uma alternativa importante no conjunto de políticas sociais no Brasil. O PBF está amparado num sistema de cumprimento das condicionalidades em que o Estado está proporcionando o rompimento no ciclo de pobreza entre as gerações. As condicionalidades miram um objetivo de longo prazo, o qual visa à ruptura do ciclo da pobreza, por meio da elevação do capital humano das populações mais pobres e excluídas conforme diz Currello et. al. (2010). As crianças e os adolescentes vão pra escola aprender e quando saem tem a oportunidade de conseguir um melhor emprego e uma melhor condição de vida.

O presente estudo mostrou a contribuição do Programa Bolsa Família, para o aumento no acesso aos serviços de saúde e educação. Apesar disso, é importante destacar que o programa por si só não vai transformar o Brasil num país mais igualitário. Esses programas tem que estar associados a outras políticas sociais. Sem esquecer que o Bolsa Família tem muito ainda a ser melhorado, principalmente no fato de que suas condicionalidades devem estar atreladas aos serviços básicos que muitas vezes são precários e sem qualidade para atender toda a população beneficiária.

As responsabilidades pelo cumprimento das condicionalidades recaem somente nos beneficiários, sendo que o Estado também deve cumprir com as suas obrigações, não se verifica uma preocupação para que as políticas sociais adotadas se tornem políticas estruturadas de proteção social, tais como, empenho para qualificar e melhorar os serviços na área de educação e saúde.

O caso de sucesso do PBF só demonstra o quanto precisamos avançar no sentido de diminuir a desigualdade e a pobreza e que estamos no caminho certo. Em matéria para o jornal Folha de São Paulo Suplicy (2003) afirma que:

“os maiores estudiosos da matéria recomendam que cheguemos gradualmente à instituição de uma renda básica de cidadania, uma modesta renda, suficiente para atender as necessidades de sobrevivência de cada pessoa, paga igualmente a todos, não importa a sua origem, raça, idade, sexo, condição civil ou mesmo socioeconômica”.

Por fim, foi relatado o impacto que o programa está causando nos municípios brasileiros. O Programa Bolsa Família provou que é capaz, além de aumentar a renda dos beneficiários, de girar ainda mais a roda da economia. Além de mostrar que os gastos sociais resultam em importantes benefícios socioeconômicos.

Para a continuidade desse estudo sugere-se uma investigação mais detalhada sobre o possível impacto do programa Bolsa Família para aqueles que não participam do programa.

REFERÊNCIAS

BACEN (2010). BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Anual 2010**, vol. 46. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2010>. Acesso em: 30 de nov. 2012.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável**. In.: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Desigualdade e pobreza no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2001.

BRASIL (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 de nov. 2012.

BRASIL (2001). **Lei n° 10.453 6, de 13 de maio de 2001**. Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP, e dá outras providências. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10453.htm. Acesso em: 13 de jun 2012.

BRASIL (2003). **Decreto n° 4.675, de 16 de abril de 2003**. Regulamenta o Programa Nacional de Acesso à Alimentação. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4675.htm . Acesso em: 14 de jun 2012.

BRASIL (2004). **Lei n° 10.836, de 09 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 13 de jun 2012.

BRASIL (2008). IDB - Indicadores e Dados básicos. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/matriz.htm>. Acesso em: 20 de out. 2012.

CAMPELLLO, T. **A real reforma do Estado**. In. Carta Capital, 2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-real-reforma-do-estado/>. Acesso em: 20 de out. 2012.

CARTA CAPITAL (2012). **Bolsa Família não desestimulou procura por emprego, diz estudo**. São Paulo, 17. 12. 2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/bolsa-familia-nao-desestimulou-procura-por-emprego-diz-estudo/>. Acesso em: 05 de nov. 2012.

CASTRO, J. A et. al. Efeitos Econômicos do Gasto Social no Brasil. In: Castro, J. A et. al. **Perspectiva da Política Social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010. p. 109-149.

CONSTANZI, R; FAGUNDES, F. Perfil dos beneficiários do programa bolsa família. In: CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília, 2010, v. 1, p. 249-269.

CURRALERO, C.B. et. al. As condicionalidades do programa Bolsa Família. In: CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília, 2010, v. 1, p. 151-175.

ESTADÃO. Brasil tem 16,2 milhões em situação de pobreza extrema, aponta. São Paulo, 03.05. 2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brasil-tem-162-milhoes-em-situacao-de-pobreza-extrema-aponta-ibge,714242,0.htm>. Acesso em: 14 de mai. 2012.

FSP (2003). FOLHA DE SÃO PAULO. **Leia na íntegra o discurso de Lula no Congresso.** São Paulo, 01.01 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>. Acesso em: 05 de Mai. 2012.

FSP (2011). FOLHA DE SÃO PAULO. **Apesar de avanços, Brasil continua em baixa em índices globais.** São Paulo 29.12.2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/1027062-apesar-de-avancos-brasil-continua-em-baixa-em-indices-globais.shtml>. Acesso em: 02 de maio 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Brasília (DF): Ed. Univ. de Brasília, 1963.

IBGE (2007). INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas. Síntese de Indicadores Sociais. n. 21, Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IDB (2008). **Indicadores e Dados básicos (IDB)**. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/matriz.htm>. Acesso em: 24 set. 2012.

IBGE (2012). Séries Estatísticas & Séries Históricas. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD329>. Acesso em: 27 de abr. 2012.

IFPRI (2012). INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISA SOBRE POLÍTICAS ALIMENTARES. **Segunda Rodada de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBFII)**. Brasília, DF: MDS, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/biblioteca>. Acesso em: 24 set. 2012.

IPEA (2012). INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ipeadata, **Banco de dados macroeconômicos, financeiros, sociais e regionais do Brasil**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: Diversas datas.

KUPFER, P. **Impactos econômicos do Bolsa Família**. In. ESTADÃO, São Paulo, 16.10. 2009. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/jpkupfer/impactoseconomicosdobolsafamilia/>. Acesso em: 11 de mai. 2011.

LANDIM, P; MENEZES, N. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Economia dos Municípios Brasileiros**. São Paulo: Insper, 2009. Disponível em: <http://www.insper.edu.br/>. Acesso em: 10 de out. 2012.

MARQUES, R. **A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate nº 1. Brasília, DF: MDS, 2005.

MARTINS, A. P. **Pobreza e proteção social**: um estudo sobre a permanência e a inclusão intergeracional das famílias inseridas no programa bolsa família (PBF). Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial303524.pdf> . Acesso em: 27 de abr 2012.

MDS. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Condicionalidades**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso em: 20 de Jun. 2012.

MDS (2005). MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Portaria nº 666, de 26 dezembro de 2005**. Brasília, DF: Diário da União. Disponível em: http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucoes/portarias-1. Acesso em: 27 de abr 2012.

MDS (2008a). MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família – Manual de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família**, 2ª edição. Brasília, DF, 2008. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Disponível em: www.mds.gov.br/biblioteca. Acesso em: diversas datas.

MDS (2008b). MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Para 87% dos beneficiários do Bolsa Família, gasto com alimentação é prioridade**. Brasília DF, 2008. Disponível em: www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/. Acesso em: 22 de out. 2012.

MDS (2010). MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família**, 1ª edição, Brasília/DF, 2010. Disponível em: www.mds.gov.br/biblioteca. Acesso em: diversas datas.

MDS (2012). MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Relatórios de Informações Sociais – SAGI**. Brasília, DF: Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/miv/miv.php>. Acesso em: diversas datas.

MERCADANTE, A. **Brasil: Primeiro Tempo** – análise comparativa do Governo Lula. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

MESQUITA, C. S. **O Programa Bolsa Família**: uma análise de seu impacto e alcance social. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/mds.do?active=3>. Acesso em: 24 de out. 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/ DATASUS. Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde. <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>. Acesso em: 22 de out. 2012.

PNAD (2004). PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **Aspectos complementares de educação e acesso a transferência de renda de programas sociais**. Rio de Janeiro, IBGE, 2004.

POCHMANN, M. **Bolsa Família**: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Brasília: MDS, 2010.

PORTAL BRASIL (2011). **Bolsa Família atinge meta de atendimento**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/02/18/bolsa-familia-atinge-meta-de-atendimento>. Acesso em: 19 de out 2012.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

SANT´ANA, M. S. A Perspectiva Brasileira Sobre A Pobreza: Um Estudo De Caso Do Programa Bolsa Família. Brasília: **Revista do Serviço Público**, v. 58, n.1, p.5-35, jan/mar, 2007. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=257>>. Acesso em: 27 maio 2012.

SANTANA, J. A. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: **Seminário População, Pobreza e Desigualdade**, Belo Horizonte, de 5 a 7 de novembro de 2007.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - SAE. **A nova classe média brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas**. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/>. Acesso em: diversas datas.

SENADO FEDERAL (2003). **Estudo nº 273**. Consultoria Legislativa, Brasília, DF, 18 de jul 2003. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>. Acesso em: 24 de ago 2012

SILVA, M. O. S. e; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. **Política Social Brasileira no Século XXI**. A prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo. Cortez, 2004.

SOARES, S; SÁTYRO, N. **O programa bolsa família: desenho institucional e possibilidades futuras**. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010, v. 1, p. 27-54.

SUPLICY, E. M. **Direito de ser sócio do Brasil**. In. FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 05.11. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0511200309.htm>. Acesso em: 01 de mai. 2012.

SUPLICY, E.M. **Programa de garantia de renda mínima**. Disponível em: http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/esuplicy/Programa/programa_portugues1.asp. Acesso em: 02 de mai. 2012.

SUPLICY, E.M. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez, 2002.

TAKAGI, M. A implantação do Programa Fome Zero do governo Lula. In: Aranha, A. (Org). **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília: MDS, 2010, v. 1, p. 54-73.

WORLD BANK (2010). **GDP (current US\$)**. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countries?display=default>. Acesso em 09 de mai. 2012.